



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**EMERJ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SERVIÇO DE LICITAÇÕES**

**Licitação Nº 0003/2008**

**(Processo Administrativo Nº 056873/2008)**

## **1 – PREÂMBULO**

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na sala de aula nº 03, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Bloco J – Centro – Rio de Janeiro-RJ., será realizada no dia 15 de julho de 2008, a licitação nº 0003/2008, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, visando à compra de diversos livros jurídicos, para este exercício, a fim de atender a solicitação da DIBIB -Divisão de Biblioteca e outros setores da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-EMERJ, doravante designada EMERJ, de acordo com o que determinam a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Rotina Administrativa EMERJ Nº 017 de 23/03/2007, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - As propostas de preços, bem como os documentos de habilitação, serão ENTREGUES e PROTOCOLADOS no SELIC - Serviço de Licitações da EMERJ, no local supra indicado, em envelopes fechados, distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, até às 13h15min da data acima designada, sendo ABERTOS às 14h, observado o devido processo legal.

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

I - termo de referência;

II - formulário padronizado de proposta de preços;

III - modelo de declaração de habilitação (papel timbrado);

IV - modelo sugestivo de carta de credenciamento;

V - modelo de declaração (no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte).

## **2 - DO OBJETO**

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra de diversos livros jurídicos, conforme especificado no termo de referência (ANEXO I).

## **3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa nº 4.4.9.0.52.08, Programa de Trabalho nº 03620206101422132, do orçamento da EMERJ.

## **4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Praça Quinze de Novembro nº 2 - Térreo - Sala T - 05 – Centro- Rio de Janeiro - RJ.

4.1.1 - Para aplicação dos benefícios concedidos pela Lei complementar nº 123/06, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar certidão expedida, conforme o caso, pela Junta Comercial de seu domicílio (art 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, que demonstre esta condição.

4.1.1.1 - A certidão deverá ser apresentada fora dos envelopes de habilitação e proposta, no mesmo momento de sua entrega.

4.1.1.2 – A entrega da certidão não afastará, por parte da Administração, a possibilidade de diligenciamento à Junta Comercial para verificação da condição atual de microempresa e empresa de pequeno porte.

## **5 – DO CREDENCIAMENTO**

5.1 - No dia, hora e local designados para a sessão pública, o licitante poderá ser representado por procurador ou preposto, mediante apresentação de:

5.1.1 - Cédula de identidade, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ato constitutivo da sociedade empresária que comprove a capacidade do outorgante e procuração, onde deverão constar PODERES EXPRESSOS PARA A FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS EM LANCES VERBAIS, PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, BEM COMO PARA OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME, conforme modelo sugestivo (Anexo IV).

5.1.2 – Declaração de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06 (Anexo V), no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.2 - Cada credenciado poderá representar um único licitante.

5.3 – **Deverão ser entregues fora dos envelopes** de HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

- a) o credenciamento (Anexo IV) e;
- b) a declaração de habilitação (Anexo III).

## **6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta que o licitante preencherá em duas vias e inserirá no respectivo envelope. Este, fechado, deverá enunciar, externamente, o nome **ENVELOPE-PROPOSTA**, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

6.2 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

- a) dados cadastrais;
- b) assinatura do representante legal;
- c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
- d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos habilitatórios;

- e) indicação do número da conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A e agência, para os licitantes estabelecidos neste Estado, ou no BANCO DO BRASIL S/A, para aqueles localizados em outro ente da Federação, caso o licitante já os possua, ressalvando que, em caso negativo, se vencedor do certame, providenciará a abertura de conta-corrente, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação da homologação, nas condições indispensáveis à emissão de nota de empenho, em qualquer caso, a conta bancária deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;
- f) indicação do nome e da qualificação do representante legal investido de poderes para receber o instrumento equivalente / firmar o termo de contrato referido no item 10 deste edital;

6.3 - O Pregoeiro aceitará que a proposta venha lançada em papel timbrado do concorrente, desde que reproduza o conteúdo do formulário do Anexo II.

6.4 - Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.5 - A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.6 - A proposta deverá conter indicação expressa da marca dos materiais que cotar.

6.7 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

## **7 - DA HABILITAÇÃO**

7.1 - Para fins de habilitação no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos, devidamente autenticados:

- a) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitida pelos órgãos arrecadadores;
- a.1) certidão de regularidade com a Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado, para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos de mais Estados onde haja tal vinculação;
- b) certidões negativas de débitos relativos à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), admitida comprovação também por meio de "certidão positiva com efeito de negativa" diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial - Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede;
- d) declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do inciso V, artigo 27 da Lei federal nº 8666/93, conforme regulamentado pelo Decreto federal nº 4358, de 05 de setembro de 2002.

7.2 - Na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte, se necessário, serão observados os termos do art. 43, § 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

7.3 - O Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – RC/TJ e os documentos ali elencados, desde que estejam em seu prazo de validade, substituem as exigências contidas no subitem 7.1 deste edital, exceto o da alínea "d".

7.4 - Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado no qual se identifiquem, externamente, o nome ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

7.5 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ, que em qualquer das hipóteses ficarão retidos nos autos.

## **8 - DO JULGAMENTO**

8.1 - Iniciada a sessão, o pregoeiro procederá à abertura do ENVELOPE-PROPOSTA, à verificação de conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.2 - Em seguida, o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, e desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro classificará as três melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.4 - As propostas escritas serão ordenadas em seqüência crescente dos preços cotados e aceitáveis. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato, para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, com relação ao último preço cotado pelo lançador.

8.7 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará o impedimento do licitante de lançar, fixando-se a sua oferta no último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas, salvo quando a microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso previsto no subitem 8.12.

8.8 - A desistência do lance ofertado sujeitará o desistente às penalidades previstas neste edital.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas com os respectivos lances finais, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente.

8.11 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item observados os prazos máximos para o fornecimento do material, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.11.1 - Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço máximo por item na fase de lances verbais, cujo valor é o do termo de referência (Anexo I) desclassificando-se as propostas cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexecutáveis.

8.12 – Será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

8.12.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.12.2 – Não ocorrendo a contratação na forma do subitem 8.12.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.12, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.12.3 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.12, será realizado sorteio para que se identifique aquela que em primeiro lugar apresentará melhor oferta;

8.12.4 – A não-contratação nos termos previstos no subitem 8.12, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;

8.12.5 - O disposto no subitem 8.12 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.13 - Aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a formulou, para confirmação das suas condições de habilitação.

8.13.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o pregoeiro declarará o licitante vencedor.

8.13.2 - Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor.

8.13.3 - No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação e apresentação da certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, podendo tal prazo ser prorrogado por idêntico período, a critério da Administração.

8.13.4 - Observados os subitens 8.12, 8.12.1 e 8.12.2, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.13.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

8.13.5 – Nas hipóteses dos subitens 8.12.2 e 8.13.2, o pregoeiro notificará os participantes, com registro em ata, como também via fax, da data, hora e local em que se dará continuidade ao certame.

8.14 - Nas situações previstas nos subitens 8.9, 8.10 e 8.13.2, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente, objetivando obter preço melhor.

8.15 - Declarado o vencedor, o pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer, não

havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

## 9 - DO RECURSO

9.1 - Declarado o vencedor de cada item, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, se o desejar, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer na esfera administrativa, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

9.3 – No caso de a Administração vir a convocar para contratar os licitantes remanescentes, o pregoeiro retomará o procedimento em sessão pública, na qual examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação dos licitantes, na ordem de sua classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor e será dado aos licitantes presentes o direito de recorrer apenas quanto à habilitação do novo vencedor.

## 10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, conforme subitem 10.2 do edital.

10.2 – O adjudicatário receberá do SELIC- Serviço de Licitações da EMERJ, após publicação da homologação da licitação no Diário Oficial:

10.2.1 - Cópia da NAD/EMPENHO, via fax, **devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento** e/ou comparecer ao SELIC- Serviço de Licitações da EMERJ para retirá-la, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da confirmação de recebimento do fax;

10.2.2 – O adjudicatário, informará, necessariamente, a agência e o número de sua conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A, em atendimento ao disposto no Decreto estadual nº 16.661/91.

10.3 – O fato de o adjudicatário, convocado no prazo de eficácia de sua proposta, não atender ao descrito no subitem 10.2, importará em não celebrar o contrato e, independentemente de sua sujeição às sanções do art. 7º da lei federal nº 10.520/2002, o pregoeiro examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.4 – O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes, até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

10.5 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão à Divisão de Material e à Divisão de Biblioteca da EMERJ, as quais o contratado deverá apresentar-se imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

10.6 – Além do que consta no termo de referência, a Administração poderá obrigar o contratado a, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.7 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

10.8 – O prazo de entrega única dos materiais é de até 10 (dez) dias úteis contados da confirmação do recebimento da NAD/EMPENHO, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93

10.9 – A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no termo de referência.

10.10 – A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº. 8.666/93.

10.11 – O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.12 – O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

## 11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - O material deverá ser entregue **no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da confirmação do recebimento da NAD/EMPENHO, conforme as orientações abaixo:**

- Na DIBIB – Divisão de Biblioteca da EMERJ, localizada na Rua Dom Manuel, 37, 1º andar, T.J., Lâmina III, Centro – Rio de Janeiro – RJ.  
1 (um) exemplar de cada item, exceto o item 267 (Programa de responsabilidade civil, última edição – Sérgio Cavalieri Filho) que deverá ser fornecido em dois exemplares.
- Na DIMAT – Divisão de Material da EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga, 115 – 4º andar – Centro - Rio de Janeiro – RJ., de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO DO ITEM.
15	1(Un)	Código Civil interpretado, vol. 1, última edição. Gustavo Tepedino e Maria Celina Bodin de Moraes
79	1(Un)	Código de Processo Penal, última edição
80	1(Un)	Código Penal, última edição
86	1(Un)	Constituição da República Federativa do Brasil, última edição
87	1(Un)	Código Civil comentado, última edição. Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery
201	1(Un)	Código Penal comentado, última edição. Rogério Greco
410	2(Un)	Constituição da República Federativa do Brasil, última edição
417	1CONJ	Código de Processo Penal comentado, 2 volumes, última edição. Fernando da Costa Tourinho Filho
420	1(Un)	Constituição Federal anotada, última edição. Uadi Lammego Bulos

**11.1.1 – A edição para todas as obras, na data da entrega, deverá ser a última, atualizada e publicada pela editora.**

11.2 - O contratado deverá avisar sobre a data de entrega do **material** com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, pelos telefones: **DIMAT (0xx21) 3133- 3401 e DIBIB ( 0xx21) 3133- 6813 ou 6811.**

11.2.1 - É de inteira responsabilidade do contratado, no momento da entrega, o descarregamento da mercadoria nos locais determinados no subitem 11.1, consoante agendamento pelos telefones indicados no subitem 11.2.

11.3 - O material será objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.4 - O material será objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.5 - O contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o recebimento previsto no subitem 11.3 não importará sua aceitação.

## **12 - DAS SANÇÕES**

12.1 - O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e no termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

12.2 - Ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226);

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade estabelecida na letra “b” do subitem 12.2 poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha o contratado em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.



### **13 - DO PAGAMENTO**

13.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s), desde que cumprida a obrigação a que se referir a fatura/nota fiscal emitida pelo estabelecimento contratado, será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de entrega da Nota Fiscal e através de crédito em conta no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A (conforme o disposto no subitem 6.2 “e”). Na fatura deverá constar o nome do estabelecimento contratado, o qual deverá ser o mesmo indicado nos documentos de habilitação e na proposta, sendo esta atestada e visada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

13.2 – Caso se faça necessária a retificação da nota fiscal/fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da mesma no órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, *pro rata diem*, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1.

13.5 - Ocorrendo antecipação do pagamento, sempre em correspondência à antecipação da execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

13.6 – Ocorrendo atraso na execução, por culpa do contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente da notificação ou interpelação.

13.7 – Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, os comprovantes de recolhimentos ao INSS e ao FGTS, relativos à atividade objeto do contrato.

### **14 - DAS INFORMAÇÕES**

14.1 – O SELIC–Serviço de Licitações da EMERJ prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ., pelos telefax (21) 3133-3381 ou (21) 3133-1891.

14.2 - Os editais estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico [www.emerj.rj.gov.br](http://www.emerj.rj.gov.br).

14.3 - Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste edital.

### **15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 – A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal nº 8.666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) declaradas inidôneas, vigente a

penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - Impugnações e/ou pedidos de esclarecimento referentes a este edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro e encaminhados e protocolados no SELIC , Serviço de Licitações da EMERJ, Av. Erasmo Braga, 115- Bloco J, Centro, nesta cidade, em até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste edital.

15.4 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei federal nº 8.666/93.

15.5 - Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte III, Seção I, Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2008.

Maria de Fátima Pinto Santos  
Diretora do Departamento de Administração  
Matr.:

Aprovo o Edital.  
Rio de Janeiro, 01 de julho de 2008

Rosana Rodrigues Almeida